

HABEAS CORPUS Nº 494.318 - RS (2019/0048367-4)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
IMPETRANTE : KAREN DO NASCIMENTO
ADVOGADO : KAREN DO NASCIMENTO - RS069264
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PACIENTE : ANTONIO MARCOS SANTOS DA SILVA (PRESO)

DECISÃO

ANTONIO MARCOS SANTOS DA SILVA alega sofrer constrangimento ilegal diante de acórdão proferido no HC n. 70080289788.

Requer, liminarmente e no mérito, a **revogação da prisão preventiva ou a sua substituição por cautelares diversas**, por reputar inidôneos os motivos indicados pelo Juízo de primeiro grau para justificar a custódia provisória do acusado, pela suposta prática dos delitos previstos nos arts. 2º da Lei n. 12.850/2013 e 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006, bem como pela "ausência de audiência de custódia, ausência de qualquer prova de vínculo do Paciente com qualquer organização criminosa" (fl. 31).

O pedido não comporta acolhimento.

De início, ressalto que o Tribunal *a quo* nada disse a respeito da suscitada não realização de audiência de custódia, circunstância que obsta o exame do tema nesta oportunidade, **sob pena de se incorrer em supressão de instância.**

Em análise perfunctória – inerente à esta fase processual –, observo que o Juízo de primeiro grau consignou haver indícios de que o paciente **"possivelmente se dedique intensamente ao tráfico de drogas, considerando a variedade das substâncias apreendidas (maconha e cocaína), bem como a sua quantidade, que foi medida em quilos"** (fl. 116). De acordo com a moldura fática delineada no acórdão impugnado, foram encontrados, na residência do acusado, "sete tijolos de maconha, pesando cerca de 6,46kg, um tijolo de cocaína, pesando cerca de 1kg, onze porções de cocaína, pesando cerca de 1,2kg" (fls. 275-276).

Tais elementos, **sobretudo a apreensão de cerca de 6,5 kg de maconha e de 2,2 kg de cocaína**, a um primeiro olhar, constituem motivos idôneos para embasar a ordem de prisão provisória do acusado, pois

evidenciam a gravidade concreta da conduta em tese perpetrada.

Ademais, a tese de ausência de demonstração de efetivo envolvimento do réu com a suposta organização criminosa **demandam ampla dilação probatória, incompatível com o momento processual** e com a própria via estreita do habeas corpus.

À vista do exposto, **indefiro a liminar.**

Solicitem-se informações ao Juízo de primeiro grau e à autoridade apontada como coatora, em especial a respeito da eventual prolação de sentença ou concessão de liberdade provisória ao paciente, com o envio de cópia do ato decisório respectivo, **via malote digital.**

Recebida a resposta, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal, para manifestação.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 19 de fevereiro de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**